



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2018/00063

Brasília, 02 de julho de 2018.

Objetivo da reunião: 7ª reunião do COGEST;25/06/2018
Horário e local: 09h - Auditório Plenário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Assunto: Planejamento estratégico

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Ministra Laurita Vaz	MAGISTRADO	PR
Ministro Humberto Martins	MAGISTRADO	PR
Cleberson José Rocha	MAGISTRADO	SG
Eva Maria Ferreira Barros	DIRETOR-GERAL	DG
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
André Ricardo Lapetina Chiaratto	SECRETARIO	STI
Silvana Conceição Dias Soares	SUBSECRETARIO	SUEST
Alex Pena Tosta da Silva	ASSESSOR A	ASESP-IGI
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETARIO	SUMOG
Marcos Antonio Kronenberger	SUPERVISOR DE SETOR	SETADE
Marcos Teixeira	CHEFE DE SECAO	SEGESP
Desembargador Federal Carlos Eduardo Moreira Alves	Presidente	TRF1
Desembargador Federal André Fontes	Presidente	TRF2
Desembargadora Federal Therezinha Cazerta	Presidente	TRF3
Desembargador Federal Eduardo Thompson Flores	Prsidente	TRF4
Desembargador Federal Manoel de Oliveira Erhardt	Presidente	TRF5
Carlos Frederico Bezerra	Diretor-Geral	TRF1



Assinado digitalmente por IVAN GOMES BONIFACIO.
Documento Nº: 1602993-7601 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>

Classif. documental 00.04.00.01



CJFMRU201800063A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Maria Lúcia Pedroso	Diretora-Geral	TRF2
Magda Lucia Scheunemann Cidade	Diretora-Geral	TRF4
Fabio Rodrigo de Paiva Henriques	Diretor-Geral	TRF5
Juiz Federal Osair Victor de Oliveira Junior	Diretor do Foro do Rio de Janeiro	TRF2
Juíza Federal Luciana Ortiz	Diretor do Foro de São Paulo	TRF3
Juiz Federal Anderson Furlan	Gestor de Projeto	TRF4
Juiz Federal Eduardo Picarelli	Gestor de Projeto	TRF4
Juíza Federal Joana Carolina Lins	Juíza Auxiliar da Presidência	TRF5
Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes	Presidente eleito da AJUFE	AJUFE
Júlio César de Oliveira Brito	Coordenador-Geral	FENAJUFE
Wânia Marítiça Araújo Vieira	Diretora da SECGE	TRF1
Pedro Oishi	Coordenador de Gestão Estratégica	TRF2
Maíra Zau Serpa Spina	Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica	TRF3
Paulo Roberto Serraglio Júnior	Assessor da Presidência	TRF3
José Carlos Bonato	Assessor de Planejamento e Gestão	TRF4
Luiz Targino	Diretor de Divisão de Gestão Estratégica e Estatística	TRF5
Maria Carolina de Souza Ribeiro	Diretora da Divisão de Planejamento Estratégico	TRF1
Vania Regina Fernandes	DIPLE	TRF1
Gustavo Stênio	Diretor da Divisão de Estatística	TRF1



Pauta

1. Projeto Estudos Visando Alterações na LEF (Lei de Execuções Fiscais nº 6.830/80)

A Presidente do Superior Tribunal de Justiça - STJ e do Conselho da Justiça Federal - CJF, Ministra Laurita Vaz deu as boas-vindas aos integrantes do COGEST e ressaltou a importância do Comitê, que desde a sua instituição, em 2015, tem deliberado sobre temas importantes para a administração judiciária. Relembrou os principais resultados e como as discussões do COGEST têm contribuído para que sejam encontradas maneiras de lidar com as restrições financeiras e de pessoal, definindo prioridades e fazendo mais com menos. Em seguida, apresentou os itens da pauta e anunciou o primeiro tema. Foi realizada a apresentação pelo Juiz Federal Anderson Furlan do Projeto Estratégico Nacional Estudos Visando Alterações na LEF (Lei de Execuções Fiscais nº 6.830/80). O gestor informou as dificuldades em desenvolver o projeto conforme aprovado inicialmente. Apresentou os dados da execução fiscal enfatizando que o principal problema é a alienação de bens, uma vez, que apenas 2,6% dos processos chegam ao leilão. Informou, também, que um leilão em processo de execução fiscal demanda 743 dias de um tempo médio total de tramitação do processo de 2.989 dias. Em razão disso, solicitou a alteração do Projeto para Implantação de Portal de Alienação Judicial . A proposta foi aprovada por unanimidade.

2. Projeto Interoperabilidade na Justiça Federal

O Juiz Federal Eduardo Picarelli, gestor do Projeto Estratégico Nacional Interoperabilidade na Justiça Federal, apresentou os resultados e as prioridades do projeto. Informou que o versão 3.0 do MNI está na fase de homologação e contempla operações de interoperabilidade, agendamento, CDA, eleição, execução penal, intercomunicação e tipos de serviço de intercomunicação. O Dr. Picarelli informou, também, que foram propostos alguns encaminhamentos como a necessidade de participação oficial de membros da equipe do projeto (TI e negócio) no Comitê Gestor do MNI no Conselho Nacional de Justiça - CNJ; solicitação ao CNJ de informações sobre a homologação da versão 3.0 do MNI, integração dos sistemas judiciais judiciais de processo eletrônico existentes na Justiça Federal - JF com o Escritório Digital do CNJ; necessidade de que o CJF officie ao Comitê Gestor do BACEJUD no CNJ manifestando interesse em que sejam iniciadas tratativas com o BACEN para a realização da interoperabilidade dos sistemas judiciais com o sistema BACENJUD e necessidade de solução negociada para que não haja custos para a JF com a integração de sistemas mantidos por empresas públicas (SERPRO e DATAPREV). Os encaminhamentos propostos foram aprovados pelo COGEST.

3. Síntese das propostas/andamento dos demais projetos

O Secretário de Estratégia e Governança - SEG, Ivan Gomes Bonifácio, apresentou solicitação de encerramento do Projeto Estratégico Requisitos mínimos de funcionamento dos controles internos em razão da publicação da Resolução n. CJF-RES-2017/00447, que dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau. Como a gestão de riscos define os controles internos a serem implementados para proporcionar a segurança razoável do alcance dos objetivos organizacionais relacionados a operações, divulgação e conformidade, escopo contemplado pela Política de Gestão de Riscos, não será mais necessário dar continuidade ao projeto Requisitos mínimos de funcionamento dos controles internos. O Secretário da SEG apresentou, também, o status de desenvolvimento dos projetos estratégicos nacionais da Justiça Federal. São 18 projetos, dos quais 4 estão concluídos, 8 estão em execução, 3 aguardam definições de alteração de escopo,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

1 está suspenso e 2 ainda não foram iniciados. Apresentou, ainda, os resultados da Pesquisa dos sistemas eletrônicos na JF, respondida por mais de 10.500 participantes, dos quais 90% responderam que preferem um sistema único para a JF. Os sistemas que tiveram percentual mais alto de satisfação foram o E-proc e o Creta. O Secretário de Tecnologia e Informação do CJF, André Ricardo Lapetina Chiaratto, informou que o Projeto Estratégico Nacional Nivelamento da infraestrutura de Tecnologia da Informação encontra-se com 59% do seu escopo desenvolvido e que a meta é de alcançar 60% em 2018, 80% em 2019 e 100% em 2020. Porém, o alcance desses percentuais está comprometido em razão principalmente da publicação da Emenda 95, porém sugeriu manter o projeto como nacional e que seja priorizado recurso orçamentário para infraestrutura. Quanto ao projeto de Contratações conjuntas na áreas de TI, o Secretário de TI do CJF, informou que o projeto encontra-se com 40% do seu escopo desenvolvido. Foi realizada uma contratação em 2015, não foram realizadas contratações em 2016, em razão de contenções orçamentárias, foram realizadas duas contratações em 2017 e estão previstas quatro contratações em 2018 e que a meta é alcançar 06 contratações em 2020. Porém, o alcance dessas metas está comprometido em razão principalmente da publicação da Emenda 95, mas sugeriu manter o projeto como nacional e que seja priorizada a regulamentação das contratações no âmbito da Justiça Federal. Em relação ao projeto Uniformização do desenvolvimento de sistemas informatizados, o Secretário informou que o entendimento é que, com a publicação da Resolução n. CJF-RES-2017/00442, que dispõe sobre o Modelo de Gestão para Sistemas de Informação Nacionais no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, o escopo do projeto foi atendido, e, em razão disso, solicitou o encerramento do projeto. Como exemplo citou a implantação do sistema nacional de gestão de pessoas, que está adotando este modelo de gestão. Os membros do COGEST aprovaram a proposta de encerramento dos projetos Requisitos mínimos de funcionamento dos controles internos e Uniformização do desenvolvimento de sistemas informatizados.

4. Projeto de gestão por processos de trabalho e de gestão de risco

A Diretora do Foro da Justiça Federal da São Paulo, Juíza Federal Luciana Ortiz, apresentou proposta de projeto estratégico nacional: Gestão por processos de trabalho e de gestão de risco. O projeto foi desenvolvido no Tribunal Regional da 3ª Região, com mapeamento e publicação de 700 fluxos de trabalho, com a utilização da ferramenta Bizagi. A Dra. Luciana, informou que a segunda fase do projeto consiste na revisão dos processos críticos de trabalho, com análise dos riscos. O Presidente do Tribunal Regional da 4ª Região, Desembargador Federal Thompson Flores, sugeriu que o projeto seja aprovado de forma geral, porém que o desenvolvimento seja realizado de acordo com a realidade de cada tribunal, isso para que sejam respeitados as várias iniciativas relacionadas à processos de trabalho e riscos já realizadas no tribunais. A Dra. Luciana Ortiz concordou com a sugestão e os membros do COGEST concordaram com implantação do projeto nacional.

5. Orçamento

A Presidente, Ministra Laurita Vaz, informou que dos R\$20.000.000,00 (vinte milhões) oriundos da fonte 181, de contratos celebrados com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) já foram distribuídos aos TRFs e que R\$5.000.000,00 (cinco milhões) ficarão retidos no CJF para serem investidos em soluções de infraestrutura e nos sistemas nacionais. Caso este valor não seja utilizado no CJF, o mesmo será redistribuído. Todos os membros do COGEST concordaram com a proposta.

6. Orçamento AJPC



Assinado digitalmente por IVAN GOMES BONIFACIO.
Documento Nº: 1602993-7601 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



CJFMRU201800063A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

O Secretário-Geral do CJF, Juiz Federal Cleberson José Rocha, apresentou informes sobre o orçamento da Assistência Jurídica a Pessoas Carentes: em 2016 foram aplicados 172 milhões; em 2017, 172 milhões + 40 milhões de créditos, salvo TRF4; Para 2018 os recursos de 172 milhões são insuficientes, assim, será feito crédito extraordinário por MP, a partir de setembro. Para 2019 estima-se o valor de 220 milhões, por meio da gestão junto à SOF.

7. Reunião Preparatória - Encontro Nacional do Poder Judiciário

O Secretário-Geral do CJF, Juiz Federal Cleberson José Rocha, informou que nos dias 27 e 28 de agosto será realizada Reunião Preparatória para o Encontro Nacional do Poder Judiciário, que será realizado em novembro. O objetivo da reunião é consolidar as propostas de metas nacionais para o ano de 2019. Para tanto, será necessário realizar reunião antes dessa data. Caso a reunião seja presencial, a sugestão é que seja realizada no dia 6 ou no dia 7 de agosto no período da manhã, aproveitando a vinda dos Presidentes para a Sessão do Colegiado, que ocorrerá no dia 6/8, às 14h. A reunião também poderá ser realizada por videoconferência.

8. Ciclo de Governança

O Secretário-Geral do CJF, Juiz Federal Cleberson José Rocha, informou que o próximo Ciclo de Governança da Justiça Federal será realizado no mês de outubro. Com o objetivo de apurar o nível de maturidade em governança da Justiça Federal, foi desenvolvido instrumento de avaliação que reúne 55 práticas de gestão que, ao serem implantadas, devem aumentar a capacidade das organizações da Justiça Federal de concretizar as estratégias (objetivos, metas e iniciativas). Já foram realizados dois ciclos e em 2017, foi realizada análise comparativa entre os resultados. O Índice de Governança da Justiça Federal foi instituído pela Resolução n. 400, de 4 de maio de 2016.

9. Plano de Ação (Acórdão TCU) para aprovação pelo Plenário

O Secretário-Geral do CJF, Juiz Federal Cleberson José Rocha informou o COGEST sobre as medidas que estão sendo tomadas para atendimento ao Acórdão do TCU n. 2.732/2017. Estão sendo desenvolvidos planos de ação pelas equipes técnicas, que serão enviados aos TRFs para análise e encaminhamento ao Colegiado

10. Realização de estudos sobre alterações na Meta 4

O Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Desembargador Federal Carlos Eduardo Moreira Alves, sugeriu que as áreas técnicas dos tribunais iniciem estudos em busca de novas formas de estabelecimento das metas, em especial a Meta 4, para que sejam apresentadas propostas na próxima reunião do COGEST. A intenção é estabelecer bases de cálculo que reflitam mais adequadamente a realidade dos tribunais. A proposta foi aceita por unanimidade.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

IVAN GOMES BONIFÁCIO
SECRETARIO
SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA



Assinado digitalmente por IVAN GOMES BONIFACIO.
Documento Nº: 1602993-7601 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>

